



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2020-0175**

**BI-2020-0005**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 05/03/2020

**Hora:** 9:20

**Tipo:** Reinspeção (Irregularidades)

**Motivo da inspeção:** Seguimento

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** ---

#### Descrição da inspeção:

BI-2019-0021 Denúncia (DEN-2019-0058)

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

Deslocámo-nos ao terreno onde se encontrava a deposição ilegal de resíduos para verificação do ponto de situação, com a devida autorização dos proprietários.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Paulo Jorge Areias Martins

**NIPC/NIF:** 176575502

**Sede/morada:** Canada das Mercês, 44

**Código Postal:** 9700-351

**Freguesia:** Feteira

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Deposição ilegal de RCD's

**Endereço:** Canada da Praia, Feteira

**Código Postal:**

**Freguesia:** Feteira

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade principal:** - ---

**Outras atividades:** ---

**Período de funcionamento:** ---

**Licenciamento da atividade:** ---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

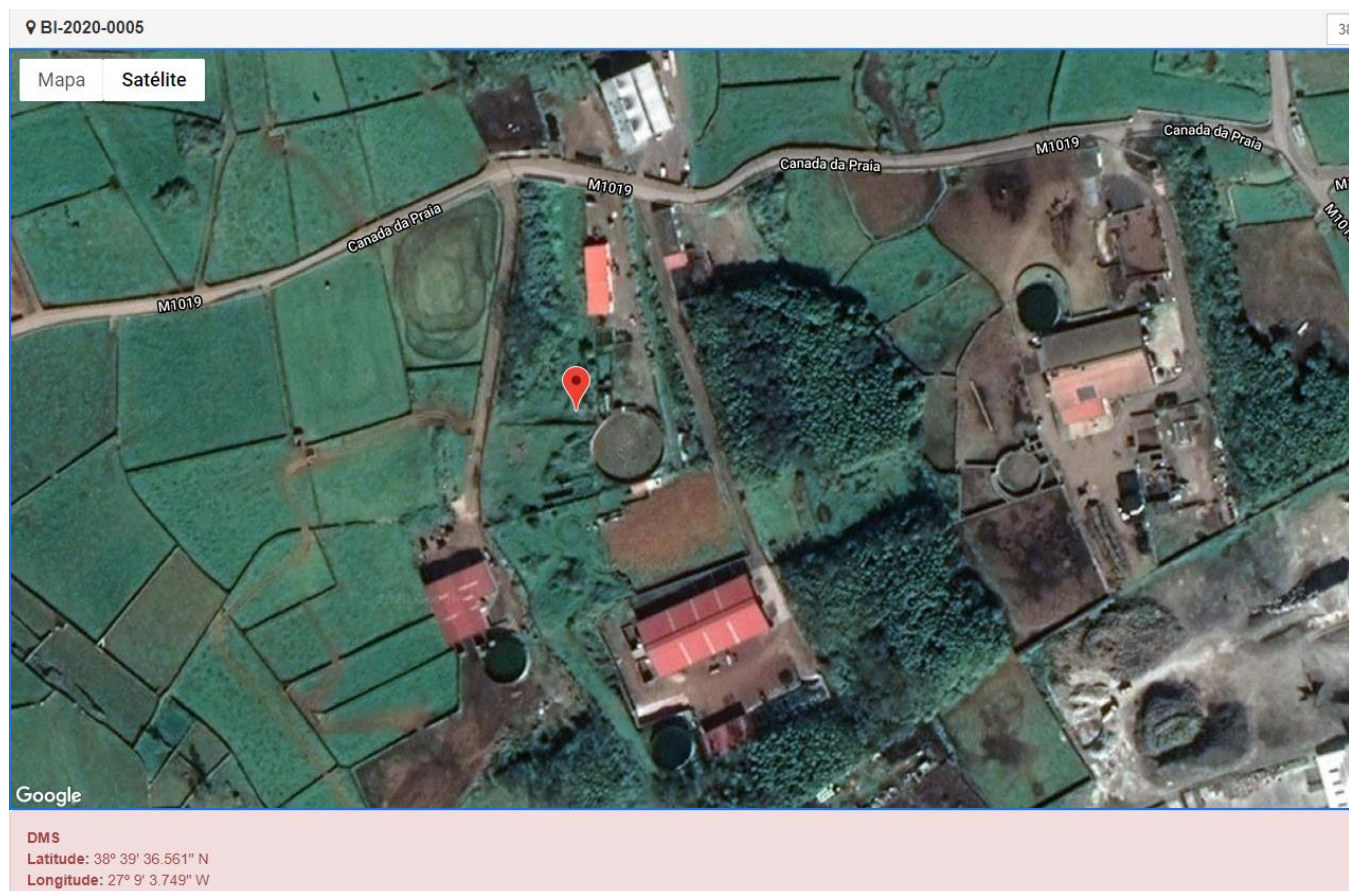


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Na sequência de denúncia (DEN-2019-0058), foi identificado o Sr. Paulo Jorge Areias Martins como autor de uma deposição ilegal de resíduos de construção e demolição (RCD) em terreno privado, tendo sido informado verbalmente que deveria proceder à remoção desses RCD e encaminhá-los para local autorizado, apresentando comprovativo disso (guias de transporte de resíduos).

### 2.2 – Descrição da situação observada

Deslocámo-nos ao terreno para verificação do ponto de situação, uma vez que a comunicação para resolução da mesma tinha sido efetuada verbalmente aquando da primeira ação inspetiva.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

Verificámos que a situação se mantém, não tendo sido removidos os resíduos do local. A única alteração verificada é que os resíduos foram cobertos por vegetação, encontrando-se mais camuflados/escondidos, conforme se pode verificar nas fotos infra.



Foto 1 – Entulhos/RCD no terreno.



Foto 2 – Monte de entulhos coberto por vegetação.



Foto 3 – Perspetiva do avanço da vegetação sobre os entulhos/RCD.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspecção Regional do Ambiente**

---

## **2.4 – Enquadramento legal**

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores, no n.º 4 do artigo 15.º determina que “são proibidas as operações de descarga ou incineração de resíduos no mar e de injeção ou enterramento de resíduos no solo, bem como o abandono de resíduos e a sua descarga em locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos”.

## **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Depositou resíduos de construção e demolição (RCD) num terreno privado, sem autorização do proprietário. Incumprimento do dever de encaminhar os resíduos não perigosos para locais licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de € 2000 a € 20000 em caso de negligência e de € 4000 a € 40000 em caso de dolo.

## **4 – Indicações e medidas adotadas**

### **Medidas adotadas:**

- ☐ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: